

RACISMO E DISCRIMINAÇÃO CONTRA O NEGRO NO BRASIL

Por: Célia Regina de Mattos Prado

Há muitos anos o Brasil é visto como um “paraíso racial”, um país multicolorido, miscigenado e festivo, de pessoas pacíficas entre as quais imperam relações extremamente respeitadas e cordiais.

Tal idéia foi propagada por Gilberto Freire, festejado autor brasileiro, que em sua obra *Casa-grande & Senzala* (1933) apresenta uma escravidão suave, uma relação paternalista entre senhores e escravo, mostrando um relacionamento amistoso entre brancos e negros e apresentando ao Brasil a idéia da “democracia racial”.

Mas a idéia é possível de discussão. Um olhar atento à nossa volta nos levará a muitos questionamentos: Sob que condições econômicas vivem os negros e pardos brasileiros? A que grupos étnicos pertencem à maioria dos meninos de rua e dos indigentes do país? Quais os postos de trabalho ocupados pela população afro-descendente? Qual o percentual de negros nas escolas primárias, secundárias e nas Universidades em nosso país? Qual a visão sobre os negros e seu passado histórico que os livros didáticos oferecem aos alunos das escolas brasileiras? Como os meios de comunicação apresentam a imagem do negro à população em geral? De que forma os estereótipos estabelecidos sobre o negro contribuem para impedir a superação de sua condição inferior? Como está a auto-estima dos negros em suas relações com os brancos?

O tema é cativante e torna-se campo para amplo debate, principalmente quando se constata que é hoje pouco discutido nos meios acadêmicos e de comunicação em nosso país. E pergunta-se: O povo brasileiro é predominantemente racista ou é preconceituoso? O brasileiro pratica a discriminação racial ou compreende e respeita as diferentes aparentes? A “democracia racial” é uma realidade em nosso país ou pratica-se o que poderíamos chamar de “racismo cordial”?

Expressões como racismo, preconceito, discriminação racial, à primeira vista podem parecer sinônimos, mas é preciso diferenciá-las para melhor compreensão de nosso trabalho.

De acordo com Carneiro: “Discriminação racial - tratamento desfavorável dado a uma pessoa ou grupo com base em características raciais ou étnicas. (...) Preconceito - conceito ou opinião formados antecipadamente, sem conhecimentos dos fatos. É uma idéia preconcebida e desfavorável a um grupo racial étnico, religioso ou social. Implicam aversão e ódio irracional contra outras raças, credos, religiões, etc. Racismo - muito mais que apenas discriminação ou preconceito racial, é uma doutrina que afirma haver relação entre características raciais e culturais e que algumas raças são, por natureza, superiores a outras.(...) O racismo deforma o sentido científico do conceito de raça, utilizando-o para caracterizar diferenças religiosas, lingüísticas e culturais e pregam a segregação ou a eliminação das raças consideradas inferiores.(CARNEIRO, 2002, p.6)”

A sociedade brasileira é marcada por uma forte exclusão social; a grande maioria da população divide entre si a menor parte da riqueza produzida no Brasil. Livre da escravidão, o negro tornou-se um assalariado desqualificado diante do sistema produtivo que se instaurava no país e, conseqüentemente, marginalizado. A liberdade não trouxe a tão sonhada igualdade.

Sua exclusão do processo e sua marginalização fizeram com que fosse duplamente discriminado: por ser negro e por ser pobre.

Apesar de resistir bravamente e procurar sempre preservar sua cultura, pouco se alterou a situação dos negros no país até os dias atuais, pois em sua imensa maioria, fazem parte das camadas social inferiores, e os estereótipos e a discriminação de que são vítimas contribuem para perpetuar tal situação.

Porém, o recrudescimento das ações de organismos internacionais, como a ONU, na proteção dos direitos humanos e promoção da igualdade entre os povos, impulsionou o surgimento de legislação cada vez mais rica sobre o assunto, e as organizações de defesa dos interesses dos grupos negros cada vez mais realizam um

papel fundamental na pressão pela elaboração de ações afirmativas e políticas pública por parte do Estado, tendentes a reverter o quadro atual no que respeita à realidade do negro brasileiro.